



GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU – MINAS GERAIS

DECRETO Nº 4.525, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2019

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORITAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NOS PLANOS DE TRABALHO E NA DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Ribeiro de Barros, Prefeito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica criada a COMISSÃO DE MONITORITAMENTO E AVALIAÇÃO, com o objetivo de emitir parecer técnico, com base na análise das propostas apresentadas nos planos de trabalho e na documentação encaminhada pelas organizações da sociedade civil das entidades prestadoras de serviços ao Município de Itanhandu, de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto Municipal nº 2.629, de 06 de março de 2017.

Art. 2º. A Comissão de Monitoramento e Avaliação do Marco Regulatório do Terceiro Setor, será composta pelos seguintes servidores, por áreas, que obedecerão os respectivos cargos:

- I - Presidente
- II - Secretário
- III - Membro

a) Educação:

- I - Cláudia Helaine Ribeiro Costa
- II - Ana Paula Gonçalves Moreira
- III - Patrícia Schimmelpfeng Mendes Gonçalves

b) Social:

- I - Bianca Gonçalves de Oliveira
- II - Caroline Ueda da Mota
- III - Wilton Peres

c) Saúde:

- I - José Guilherme Ordine
- II - Érick Javan Guedes
- III - Daniel Nogueira Leite





GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU – MINAS GERAIS

d) Desenvolvimento Econômico:

- I - Eruin Martuscelli Ribeiro
- II - João Bosco de Souza Lúcio
- III - Nilséa Maria Paulino

e) Esportes:

- I - Osmar Aparecido Tavares
- II - Jonathan da Silva
- III - Jorge Guedes Pinto

f) Turismo e Cultura:

- I - Pedro Henrique de Souza Raposo
- II - Alessandra Campos Ivo
- III - Luciana Cottini Costa Passos

Art. 3º. A Comissão de Monitoramento e Avaliação das propostas apresentadas nos Planos de Trabalho e na documentação encaminhada pelas Organizações da Sociedade Civil do Terceiro Setor, prestará serviços de caráter relevante ao Município, não acarretando ônus aos cofres públicos.

Art. 4º. Ficam revogados os Decretos nºs 2.634/2017 e 4.088/2019.

Art. 5º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 26 de dezembro de 2019.

Evaldo Ribeiro de Barros
Prefeito Municipal

Maria Aparecida da Silva Ribeiro
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Gustavo Levenhagen Moura
Procurador Geral do Município

